

O Mar como factor de segurança e de insegurança: dois exemplos da História de Portugal dos inícios do século XIX

Jorge Martins Ribeiro*

A História de Portugal dos inícios do século XIX, em nossa opinião, ilustra exemplarmente a seguinte afirmação de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle:

“Le territoire qui a une façade littorale possède des avantages au point de vue commercial : la mer offre des facilités de circulation à bon marché, tandis que la construction des voies de communications terrestres est onéreuse ; elle assure, en dépit des risques de navigation une sécurité plus grande dans les relations avec l’extérieur, parce qu’il est plus facile sur mer que sur terre échapper à un ennemi qui voudrait interdire le passage¹.”

Na realidade, o facto de Lisboa, capital e lugar de residência da corte portuguesa, ser um porto atlântico de primeira ordem, permitiu a estratégica partida de toda a família real para o Brasil. Deste modo, evitava-se, de acordo com Jorge Borges de Macedo que “o poder político-rei” caísse nas mãos dos franceses, ou se eliminasse o “rei-dinastia”, o titular legítimo do poder². Ao mesmo tempo, e uma vez que não ficava em Portugal nenhum familiar do Príncipe Regente D. João, não foi possível que, a exemplo do que acontecerá posteriormente em Espanha, Napoleão pudesse colocar no trono qualquer candidato seu. A fim de explicitar este argumento utilizaremos obras especializadas referentes ao tema, bem como documentação manuscrita coeva existente, tanto em arquivos portugueses como estrangeiros (Paris, Londres e Viena).

Contudo, o Mar era também um factor de insegurança, pois a navegação portuguesa e até populações costeiras foi alvo de ataque de corsários. Desde norte-americanos, durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos, a Galegos, estes últimos estiveram bastante activos antes e durante as invasões francesas³, mas também dos denominados piratas barbarescos, os quais eram facto corsários das Regências do Norte de África (Argel, Tunes e Tripoli), com excepção de Marrocos com quem Lisboa estava em Paz. A fim de evitar ataques, sobretudo, às frotas provenientes do Brasil, bem como à navegação Portuguesa no Atlântico, em geral, Portugal mantinha uma esquadra a patrulhar o estreito de Gibraltar⁴. Para explicar isto, utilizaremos a

* Professor Auxiliar, Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais.
Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

¹ RENOUVIN, Pierre – *Introduction à l’Histoire des Relations Internationales*. 4^a ed. Paris : Armand Colin, 1991, p. 15.

² MACEDO, Jorge Borges de – *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*. 2.^a ed. Tribuna da História, 2006, p. 392

³ RIBEIRO, Jorge Martins – *A Comunidade Britânica do Porto durante as invasões francesas 1807-1811*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, [1990], p. 60-87.

⁴ RIBEIRO, Jorge Martins – *Comércio e Diplomacia nas Relações Luso-Americanas*. Porto, 1997 (dissertação de doutoramento, policopiada), p. 361-946.

correspondência dos cônsules dos Estados Unidos em Portugal metropolitano, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, bem como a dos representantes lusos em portos estadunidenses. No entanto, apesar dos perigos inerentes à navegação marítima, esta era nos inícios do século XIX a única forma possível para as trocas transoceânicas⁵.

Por outro lado, através destes dois exemplos, tentaremos mostrar a importância da posição geográfica de Portugal e de como esta condicionava a sua política externa. Este é aliás um ponto, que Pierre Renouvin e Jacques Baptiste Duroselle apontam como factor determinante para a política externa de um país⁶. Aliás, não nos podemos esquecer que nos inícios de oitocentos Lisboa era, ainda, a cabeça de um império, de que o Brasil era a mais importante e rica parcela.

⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Correspondência recebida da Legação Portuguesa em Washington (1777-1829); Correspondência dos consulados portugueses nos Estados Unidos (1788-1832); National Archives and Records Administration, Department of State, Central files, Despatches from United States Consuls in Fayal (1795-1832); Despatches from United States Consuls in Funchal (1793-1906); Despatches from United States Consuls in Santiago, Cape Verde (1818-1819)); Despatches from United States Consuls in Lisbon (1791-1826); Despatches from United States Ministers to Portugal (1790-1826); Despatches from United States to Brazil (1809-1821).

⁶ RENOUVIN, Pierre – *Introduction à l'Histoire des Relations Internationales*. 4^a ed. Paris : Armand Colin, 1991, p. 6-7.